



LEI MUNICIPAL Nº. 1871/2015.

“DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS FISCAIS - REFIS, NO MUNICÍPIO DE ECHAPORÃ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ARISTEU BOMFIM, Prefeito Municipal de Echaporã, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º. Fica estabelecido no âmbito da Secretária Municipal da Fazenda, o Programa de Recuperação de Créditos Fiscais – REFIS, destinado a promover a regularização de créditos do Município de Echaporã, decorrentes de débitos de contribuintes, pessoas físicas e jurídicas, com exigibilidade suspensa ou não, atendidos os requisitos da Lei 1.084/94, alterado pela Lei nº. 1.128/96 de 24 de dezembro de 1996 e da Lei Municipal nº. 1.620/2009, de 27 de outubro de 2009, de forma a não afetar as metas de resultados fiscais previstas.

§1º - A adesão ao REFIS implica a inclusão da totalidade dos débitos do contribuinte para com a Fazenda Municipal, ou que tenham sido objeto de parcelamentos anteriores, não integralmente quitados, ainda que cancelados por falta de pagamento e se dará mediante termo de declaração espontânea.

§2º - Não haverá aplicação de multa por infração sobre os débitos ainda não lançados, declarados espontaneamente, por ocasião da adesão.

Art. 2º. O REFIS alcança todos os créditos tributários ou não, definitivamente constituídos até **31 de dezembro de 2014**, ou em fase de lançamento, inclusive o:

- I – ajuizado ou não;
- II – não constituído, desde que confessado espontaneamente;
- III – decorrente de aplicação de multa ou pena pecuniária;
- IV – constituído por meio de ação fiscal.



PARÁGRAFO ÚNICO. Somente os contribuintes que estiverem regularmente inscritos no Cadastro Mobiliário e Imobiliário do Município e quando for o caso, pessoa jurídica que estiver regular com a entrega da Declaração de Informações Econômicas e Financeiras – DIEF, junto a Fazenda Estadual, poderão fazer jus aos benefícios do REFIS.

Art. 3º. A inclusão no REFIS fica condicionada a renúncia do direito sobre créditos da Fazenda Municipal, ajuizados ou não, inscritos em dívida ativa, em que se alicerça a ação judicial ou o pleito administrativo.

Art. 4º. Os créditos apurados serão atualizados monetariamente e incorporados os acréscimos previstos na legislação vigente, até a data da opção, podendo ser liquidados em até **30 (trinta) parcelas mensais e sucessivas.**

Art. 5º. Os créditos tributários vencidos até **31 de dezembro de 2014**, consolidados, poderão ser objeto de pagamento à vista ou parcelamento até o **dia 18 de dezembro de 2015**, na forma das seguintes condições:

I - **em parcela única**, que se dará no primeiro dia útil seguinte à adesão, com dedução de 100% (cem por cento) da multa moratória e de 100% (cem por cento) dos juros moratórios, para quitação total do débito;

VI – **em até 30 (trinta) parcelas mensais e sucessivas**, com dedução de 50% (cinquenta por cento) da multa moratória e de 50% (cinquenta por cento) dos juros moratórios.

PARÁGRAFO ÚNICO. As deduções previstas neste artigo não serão cumulativas com qualquer outra dedução admitida em lei.

Art. 6º. A opção pelo REFIS, considera-se formalizada com o pagamento da primeira parcela do crédito consolidado ou a formalização do Termo de Acordo e Confissão de Parcelamento do Crédito Tributário.

Art. 7º. Nenhuma parcela poderá ser inferior a **R\$ 30,00 (trinta reais) para pessoas físicas e a R\$ 50,00 (trinta reais) para pessoas jurídicas.**



Art. 8º. O pagamento da primeira parcela será exigido na data da efetivação do parcelamento e as demais a cada 30 (trinta) dias.

Art. 9º. As parcelas pagas com atraso serão atualizadas com juros de 0,5% ao mês ou fração, além do acréscimo de multa contratual de 2% (dois por cento) incidente sobre o débito atualizado.

Art. 10. Na apuração e consolidação dos débitos cujos fatos geradores ocorram depois da data de **31 de dezembro de 2014**, não serão permitidas exclusões ou reduções de nenhum acréscimo previsto na legislação vigente, independentemente da forma escolhida para liquidação.

§ 1º. No caso de débito ajuizados, para ingresso no REFIS 2015 o optante deverá apresentar com seu requerimento recibo de pagamento de custas processuais, porque pertencentes a serventários da justiça e recibo de quitação de honorários de advogado da Fazenda Públicas, conforme o artigo 23 da Lei Federal n. 8.906 de 04/07/1994, porque pertencentes ao advogado da causa.

Art. 11. A adesão ao REFIS sujeita o contribuinte a aceitação plena de todas as condições estabelecidas nesta Lei e constitui confissão irrevogável e irretroatável da dívida relativa aos débitos tributários nele incluídos.

PARÁGRAFO ÚNICO. A adesão ao REFIS sujeita, ainda, o contribuinte:

I – suspensão da prescrição, nos termos do art. 174, parágrafo único, inciso IV, do Código Tributário nacional;

II - ao pagamento regular das parcelas do débito consolidado;

III - ao pagamento regular dos tributos municipais, com vencimento posterior a data da opção;

IV - desistência expressa e de forma irrevogável e irretroatável da impugnação, defesa ou recurso interposto e da ação judicial proposta e, cumulativamente, renúncia, a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundam os referidos processos administrativos e ações judiciais, relativamente aos créditos tributários incluídos no REFIS;

V – confissão extrajudicial nos termos dos artigos 348, 353 e 354 da Lei Federal nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, e sujeição das pessoas físicas e jurídicas à aceitação plena e irretroatável das condições estabelecidas nesta Lei Complementar.



§1º. - A adesão ao REFIS não implica na homologação, pelo Fisco, dos valores declarados pelo sujeito passivo quando for o caso do regime de lançamento de homologação, nem renúncia ao direito de apurar a exatidão dos créditos tributários, como também, não afastará a exigência de eventuais diferenças e aplicação das sanções cabíveis.

§2º. - A adesão ao REFIS não configura a novação prevista no art. 360, inciso I, do Código Civil

Art. 12. O crédito tributário recuperado, somente é liquidado:

- I – em moeda corrente;
- II – em cheque, após a regular compensação bancária;

PARÁGRAFO ÚNICO. É permitida a utilização dos créditos da dívida ativa do sujeito passivo optante do REFIS, como forma de pagamento parcial ou integral da verba indenizatória proveniente de eventual desapropriação que ocorrer em imóvel(is) pertencente(s) a tais contribuintes.

Art. 13. O contribuinte será excluído do REFIS, diante da ocorrência das seguintes hipóteses:

- I – inobservância de qualquer das exigências estabelecidas nesta Lei;
- II – prática de qualquer ato ou procedimento tendente a omitir informações, a diminuir ou a subtrair receita do contribuinte optante.
- III – inadimplência, por 02 (dois) meses consecutivos relativamente a qualquer tributo abrangido pelo REFIS, inclusive os decorrentes de fatos geradores ocorridos posteriormente a data de opção.

PARÁGRAFO ÚNICO - A exclusão do contribuinte do REFIS independerá de notificação e implicará em:

- I – perda do direito de reingressar no Programa REFIS;
- II – perda de todos os benefícios concedidos por esta Lei Complementar;
- III – a exigibilidade imediata da totalidade do débito tributário, confessado e não pago, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da legislação vigente a época da ocorrência dos respectivos fatos geradores;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ECHAPORÃ

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 44.470.300/0001-00

IV – inscrição automática do débito em dívida ativa e conseqüente cobrança judicial, e ainda o prosseguimento da execução, conforme o caso.

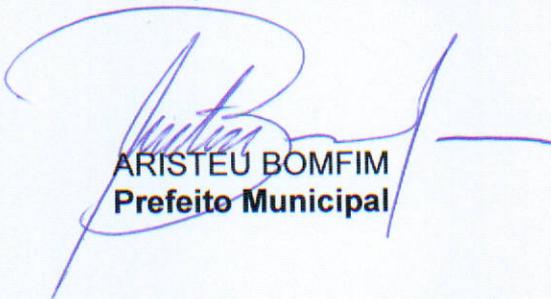
Art. 14. Não serão restituídas, no todo ou em parte, com fundamento nas disposições desta Lei Complementar, quaisquer importâncias recolhidas anteriormente ao início de sua vigência.

Art. 15. O prazo para adesão ao REFIS 2015 poderá ser prorrogado por até 120 dias por ato do Chefe do Poder Executivo.

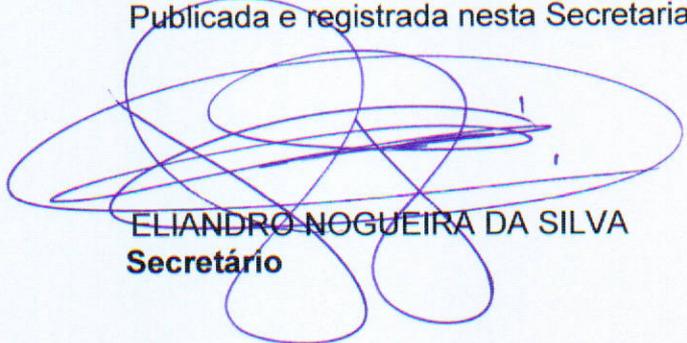
Art. 16. As situações pretéritas relacionadas com parcelamentos de créditos tributários em geral que careçam de decisão para suas definições, serão resolvidas sob a égide desta Lei.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Echaporã-SP, em 20 de maio de 2015.


ARISTEU BOMFIM
Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria na mesma data supra.


ELIANDRO NOGUEIRA DA SILVA
Secretário